



Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu

# RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

## 2016

# **ESTRUTURA**

## **SUPERINTENDÊNCIA**

Luiz Carlos K. Brenha de Camargo  
Superintendente

Kiara Farias Berni  
Diretora Financeira

Teresa Cristina C. P. e M. Peixoto  
Diretora Administrativa

Nelson Alves de Godoy Neto  
Gestor de Benefícios

## **CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Júlia Girardi Baldi Calvache  
Presidente

Célia Regina Caetano  
Vice-Presidente

Silvia Aparecida Carlini  
Secretária

Antônio Sérgio Soares  
Conselheiro

Aline Grazielle Lisboa da Silva  
Conselheiro

Luciana de Cassia Willar  
Conselheira

Mônica Regina S. de Souza Reis  
Conselheira

## **CONSELHO FISCAL**

Luciana Araújo Horácio Correa  
Presidente

Paulo Nunes Bicudo  
Vice-Presidente

Zélia Maria Oliveira Pereira  
Secretária

Paula Roberta Marangoni Joaquim  
Conselheira

Simone Sibeles de Almeida  
Conselheira

## SUMÁRIO

### Parte I

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
Objetivos	5
Mensagem da Superintendência	6
Conjuntura Econômica 2016	7
Perspectivas para 2017	8

### Parte II

<b>Demonstrações Contábeis</b>	<b>10</b>
Receitas Realizadas	11
Certificado de Regularidade Previdenciária	13
Despesas Orçamentárias	14
Benefícios Concedidos	16

### Parte III

<b>Resultados Financeiros</b>	<b>17</b>
Política de Investimentos para 2017	18
Distribuição dos Investimentos Por Instituição	20
Relação dos Fundos de Investimentos	21
Evolução do Patrimônio Líquido	22
Rentabilidade das Aplicações Financeiras	24

### Parte IV

<b>Destaques e Considerações Finais</b>	<b>25</b>
O ITUPREV na linha do tempo	26
Considerações Finais	32

# Parte I

# Apresentação

## Objetivos

1. Demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2016, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no §1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

2. Prestar contas da administração da autarquia, de acordo com o inciso XVI do artigo 172 da Lei Municipal 1.810 de 04 de abril de 2016.

Art. 172. Ao Superintendente compete administrar os recursos do ITUPREV e conceder os benefícios previdenciários previstos nesta lei, com o auxílio dos Diretores de Departamento e do Gestor de Benefícios, que lhe são subordinados, e, especialmente:

XVI - prestar contas da administração da autarquia, anualmente, ao Prefeito Municipal, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado.

## Mensagem da Superintendência

Previdência Social é um sistema solidário de proteção ao trabalhador e sua família, de caráter contributivo. Considerando que não sabemos exatamente o momento que iremos usufruir da previdência, ao entrarmos no mercado formal de trabalho, automaticamente aderimos a um sistema de previdência para nos garantir proteção em situações de doença, perda da capacidade laborativa, maternidade, reclusão, idade avançada, morte ou por completar o tempo de contribuição. Logo, Previdência Social é uma espécie de seguro e é um direito do trabalhador e sua família.

No Brasil, existem três sistemas de previdência social, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime de Previdência Complementar (RPC).

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV é o órgão gestor do RPPS do Município de Itu, responsável pelo recolhimento, gestão e aplicação das contribuições previdenciárias, e também pela concessão dos benefícios previdenciários.

O ITUPREV é uma autarquia municipal, criado pela Lei nº 1.176/2010 e reorganizado pela Lei nº 1.810/2016, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público e com autonomia administrativa, patrimonial e gestão financeira próprios.

Com a criação do RPPS, os servidores foram desvinculados do INSS e passaram a contribuir para o ITUPREV, em função do Regime Estatutário, criado pela Lei nº 1.175/2010.

Para um bom e eficiente funcionamento do RPPS, é fundamental que os órgãos de controle e fiscalização exerçam o seu papel e a transparência dos atos da administração é ferramenta de suma importância para que isto ocorra. Desta forma, o Relatório Anual é um instrumento legal que confere transparência na prestação de contas do ITUPREV, junto aos seus segurados e aos entes Patronais (Prefeitura, Câmara e Agência Reguladora).

A Prestação de Contas de 2016 encerra mais um período de muitas realizações e grandes conquistas no sexto ano de gestão, como poderemos conferir nas próximas páginas, bem como conhecer os resultados alcançados no ano passado, além de saber como e onde os recursos foram empregados para garantir o retorno desejado dos investimentos e o equilíbrio do plano de benefícios.

Boa leitura!

## Conjuntura Econômica em 2016

Vivemos em 2016 a maior recessão de nossa história e, em meio a um ambiente político conturbado, assistimos a um fortalecimento das instituições e ao desmantelamento de uma estrutura secular que drenava eficiência do setor público e acabava por solapar os mecanismos de pesos-e-contrapesos da Democracia. A Lava Jato trará inestimáveis ganhos de longo prazo para a sociedade.

Do lado da economia, de acordo com o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia da evolução do PIB cedeu 0,20% em novembro, na comparação com outubro. Em doze meses a queda foi de 4,96%. Em dezembro, a produção industrial também subiu 2,3%, mas a queda em 2016 foi de 6,6% e em três anos de 16,9%.

Por sua vez, a taxa de desemprego chegou a 12% no trimestre encerrado em dezembro, conforme a Pnad Contínua. O contingente de desempregados atingiu 12,3 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 2.043,00 ficou estável frente ao trimestre anterior.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acelerou na passagem de novembro para dezembro, de 0,18% para 0,30%, mas ainda assim registrou a menor taxa para o mês de dezembro desde 2008.

No ano, a alta acumulada foi de 6,29%. Esse resultado foi melhor do que o estimado pelo governo, pelo Banco Central, pelo FMI e pelo mercado, além de ter ficado abaixo do teto da meta que é 6,50%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,14% em dezembro e fechou 2016 com um aumento de 6,58%, após ter avançado 11,28% no ano anterior.

Em sua última reunião em 2016 o Copom reduziu a taxa Selic de 14% para 13,75% aa. Na ata da reunião, divulgada logo no início de dezembro, o comitê indicou que o ritmo de cortes da taxa deve acelerar em janeiro e minimizou as preocupações com o exterior. Afirmou que é razoável esperar uma intensificação do processo de flexibilização monetária caso a atividade econômica não dê sinais claros de retomada, posto que nesse caso as projeções de inflação devem se reduzir.

Com todo esse cenário, ao contrário do que se previa inicialmente e, em que pese as publicações nos jornais e mesmo nos relatórios de vários gestores e instituições financeiras, acreditamos que 2016 foi um ano muito positivo para os investimentos do ITUPREV, com ganhos consideráveis tanto em renda fixa quanto em renda variável, conforme poderemos observar nas demonstrações deste relatório.

## Perspectivas para 2017

Para o Banco Central, conforme o Relatório de Inflação, publicado em dezembro, a queda do PIB em 2016 será de 3,3% e a alta neste ano será de 1,3%. Para os economistas que militam no mercado financeiro, conforme revela o último Relatório Focus do Banco Central, a atividade econômica no país terá uma retração de 3,48% em 2016 e um crescimento de 0,50% em 2017. Já o Ministério da Fazenda, estimou um crescimento de 1,6% no ano que vem, conforme a proposta do orçamento federal para 2017.

Embora os especialistas no mercado de trabalho estimem que a taxa de desemprego só comece a recuar a partir do segundo semestre deste ano e volte ao nível anterior à crise somente após 2018, há otimismo em relação à retomada do crescimento econômico. Com a recuperação da confiança empresarial local e dos investidores externos, os investimentos poderão ser os protagonistas da evolução do PIB, já que o consumo das famílias deverá ter uma recuperação mais lenta.

Instituições financeiras internacionais de renome acreditam que com a superação da crise política, com o ajuste fiscal e com a queda da inflação e dos juros, o Brasil poderá entrar em novo ciclo virtuoso. Para o FMI, com o crescimento previsto para 2017 e com a freada da alta do dólar, o Brasil poderá voltar a ser a oitava maior economia do mundo.

Em recente visita à agência Bloomberg, em Nova Iorque, o presidente Temer declarou que o déficit fiscal do Brasil demorará ainda mais dois ou três anos para ser eliminado, mesmo com a aprovação do teto para o crescimento dos gastos públicos, durante os próximos 20 anos.

Em relação ao crescente déficit da Previdência Social, as reformas propostas pelo governo foram encaminhadas ao Legislativo e prevê idade mínima para aposentadoria de 65 anos, tempo mínimo de 25 anos de contribuição e a unificação da Previdência pública e privada, dentre outras propostas, a fim de equilibrar as contas.

Conforme o último Relatório Focus de janeiro, o mercado financeiro estima que a inflação de 2017, medida através do IPCA, será de 4,50%. Para o Banco Central, através do último Relatório Trimestral de Inflação, ela será de 4,4%, portanto abaixo do centro da meta de 4,5% e caíra para 3,8% em 2018.

Embora a indexação de preços ainda esteja viva na economia brasileira e possa tornar a queda da inflação mais lenta, uma série de reajustes salariais foi feita sem a plena reposição da inflação passada e os preços administrados, por seu turno, devem exercer pressões bem menores sobre os demais preços da economia.

Para o mercado financeiro, este ano irá terminar com a taxa Selic em 10,50% a.a. e cairá para 9,50% a.a. no final de 2018. Sob a chefia de Ilan Goldfajn, o Banco Central vem conduzindo a política monetária com extrema prudência. Em sua avaliação a queda dos juros depende basicamente do ajuste fiscal e da inflação dos alimentos. Mas o seu objetivo é de que a inflação atinja o centro da meta, o que permitiria, com a disciplina fiscal, uma queda



duradoura das taxas de juros, que propicie a redução dos custos financeiros para as famílias e empresas, além da valorização dos ativos em geral.

Com a economia brasileira voltando a andar nos trilhos, é grande a possibilidade de fortes ingressos de capital estrangeiro neste ano, já que diversos analistas internacionais expressaram otimismo com o país. Esses ingressos podem ainda ser intensificados, com a melhoria do rating do país, a partir do ajuste fiscal. Para conter a excessiva queda do dólar e evitar os erros cometidos no passado recente, que tanto prejudicaram nossas exportações e o setor industrial, o Banco Central conta com ferramentas como o corte dos juros, a compra de dólares no mercado à vista e novos leilões de swap reverso.

Para a maior gestora de recursos do mundo, a BalckRock, os juros pagos pelos papéis brasileiros, emitidos aqui e no exterior estão entre os mais atraentes do mundo. De fato, a diferença entre as taxas de juros praticadas no Brasil e a média praticada nos países desenvolvidos é a maior em dez anos. Esse é um dos fatores que estimulam a atração de capital internacional no curto prazo.

Como dissemos anteriormente, com a aprovação do ajuste fiscal, com a queda da inflação e com a retomada da arrecadação do setor público a partir de um maior crescimento econômico, podemos estar diante de uma queda continuada da taxa Selic e dos juros de mercado, que possibilitarão altos rendimentos nas aplicações pré-fixadas, inclusive naquelas em que os IMA's servem de referência. Também os títulos privados devem aumentar o seu espaço no mercado em 2017.

A análise feita para a renda fixa também procede para a renda variável. Cabe acrescentar que o fluxo de recursos de investidores estrangeiros, que hoje representa quase a metade do volume transacionado na BM&F Bovespa, pode se intensificar ainda mais com o novo quadro político e econômico.

Depois de dois anos o Índice Bovespa voltou a superar o patamar de 60 mil pontos e também com a perspectiva de alta para as commodities este ano, pode evoluir ainda mais, não só por conta do ingresso de recursos, mas principalmente pelo crescimento do lucro das empresas.

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

## **Parte II**

# **Demonstrações Contábeis**

## Receitas Realizadas

As receitas correntes, provenientes da contribuição previdenciária dos servidores ativos e da contribuição patronal, tiveram forte alta em relação a 2015, com 54,7% de crescimento, no total de R\$ 39.883.075,00 ante R\$ 25.776.782,00 de igual período. A alíquota de contribuição dos segurados permanece em 11% da base enquanto que a contribuição patronal foi de 19,30%, paga pelos entes municipais.

As receitas patrimoniais, provenientes das aplicações financeiras, totalizaram R\$ 31.535.411,00, bem acima da previsão orçamentária, que foram beneficiadas principalmente pela redução das taxas de juros do país e também pelo bom desempenho das aplicações em renda variável, com a melhora das expectativas das empresas brasileiras, favorecendo o mercado acionário.

No quadro abaixo apresentamos o total das receitas realizadas, acumuladas até o 3º quadrimestre de 2016, em comparação ao que foi previsto no orçamento deste ano.

RECEITAS REALIZADAS	4º QUADRIMESTRE - 2016		RESULTADO
	PREVISTA	REALIZADA	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>35.985.000</b>	<b>73.572.306</b>	<b>37.587.306</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>33.068.701</b>	<b>39.883.075</b>	<b>6.814.374</b>
Contribuição Patronal para o RPPS	21.828.000	26.483.416	4.655.416
Contribuição do Servidor Ativo Civil	11.240.701	13.399.659	2.158.958
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>2.916.299</b>	<b>31.535.411</b>	<b>28.619.112</b>
Rendimentos de Aplic. Financ. - Renda Fixa	2.186.853	1.008.088	(1.178.765)
Rendimentos de Aplic. Financ. - Renda Variável	729.446	72.446	(657.000)
Reavaliação dos Ativos - VPA	-	30.454.876	30.454.876
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>-</b>	<b>2.153.820</b>	<b>2.153.820</b>
Multas e Juros de Mora das Contribuições	-	2.153.227	2.153.227
Outras Restituições	-	593	593

Pelo novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, os rendimentos de aplicações financeiras devem ser registrados como Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), bem como, as desvalorizações dos ativos devem ser registradas em Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).

A apropriação das valorizações financeiras como receitas ou das desvalorizações como perdas, somente deve ocorrer no momento do efetivo resgate das aplicações, ocasião em que os ativos deixam de pertencer ao patrimônio do Instituto.

## Detalhamento das Contribuições Previdenciárias

Pelo quadro abaixo, podemos identificar que as contribuições previdenciárias descontadas dos servidores foram repassadas integralmente à unidade gestora de previdência do município (ITUPREV), bem como as contribuições patronais da Câmara Municipal e das Autarquias.

A contribuição patronal da Prefeitura não foi repassada integralmente, restando um débito previdenciário no montante de R\$ 16.716.283,82, que foi objeto de termo de acordo de parcelamento em janeiro de 2017.

DETALHAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS								
Mês	PETI		CÂMARA		AR ITU		ITUPREV	
	Segurado	Patronal	Segurado	Patronal	Segurado	Patronal	Segurado	Patronal
Janeiro	1.780.056	1.347.580	12.333	20.516	1.232	2.722	51.387	9.484
Fevereiro	926.573	2.948.345	13.830	23.551	1.232	2.498	31.002	4.899
Março	921.423	2.939.884	14.039	23.975	1.197	2.426	32.221	4.123
Abril	944.252	2.983.708	14.026	24.606	1.232	2.498	33.851	3.793
Maio	1.029.672	1.871.944	16.829	29.634	1.695	3.436	38.435	6.911
Junho	1.015.319	1.857.104	15.844	27.809	1.454	2.947	44.944	7.438
Julho	1.001.810	69.977	16.310	28.134	1.454	2.947	43.242	6.412
Agosto	1.012.004	4.388.428	15.982	27.469	1.454	2.947	48.498	6.943
Setembro	1.004.474	3.120.944	16.029	27.565	1.454	2.947	40.810	7.401
Outubro	1.016.964	3.103.560	15.812	27.124	1.454	2.947	42.091	6.204
Novembro	1.026.687	1.331.170	16.433	28.385	1.435	2.909	40.526	6.974
Dezembro	1.021.770	52.338	32.434	55.893	4.611	9.347	37.275	7.191
TOTAL	12.701.002	26.014.980	199.899	344.662	19.903	40.573	484.283	77.772
	R\$ 38.715.982		R\$ 544.561		R\$ 60.476		R\$ 562.056	
	R\$ 39.883.075							

## Detalhamento do Débito Previdenciário

VALORES EM ATRASO - Débito Previdenciário						
Parcela	Vencimento	Valor Original	Atualização	Juros	Multa	Valor Devido
Patronal - SET/16	15/10/2016	1.785.912,30	6.786,47	53.780,96	35.718,25	1.882.197,98
Patronal - Out/16	16/11/2016	1.806.944,07	3.794,58	36.214,77	36.138,88	1.883.092,30
Patronal - Nov/16	15/12/2016	1.786.841,20	2.501,58	17.893,43	35.736,82	1.842.973,03
Patronal - Dez/16	15/01/2017	4.842.855,72	-	-	96.857,11	4.939.712,83
Patronal - 13° Sal/16	15/01/2017	1.765.279,06	-	-	35.305,58	1.800.584,64
Parcelamento - Saldo/16	29/12/2016	4.728.451,47	-	-	-	4.728.451,47
TOTAL		16.716.283,82	13.082,63	107.889,16	239.756,65	17.077.012,26

***Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP***

**N.º 986579 -148296**

**DADOS DO MUNICÍPIO**

**CNPJ:** 46.634.440/0001-00  
**NOME:** Itu  
**UF:** SP

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

**FINALIDADE DO CERTIFICADO**

OS OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTE CASOS:

- I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
- II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
- III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
- IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br), POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA .

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EXIGIDO

EMITIDO EM 3/11/2016.

VÁLIDO ATÉ 2/5/2017 .

## Despesas Orçamentárias

Por lei, os gastos do ITUPREV somente podem compreender as Despesas com Benefícios Previdenciários e Despesas Administrativas, que são divididas em Despesas de Manutenção do Instituto e Despesas de Pessoal, além da Reserva de Contingência, que serão detalhadas nos quadros a seguir:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4º QUADRIMESTRE - 2016		
	ORÇADA	EMPENHADA	PAGA
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	7.234.700	5.785.652	5.785.652
DESPESAS DE MANUTENÇÃO	1.377.600	976.552	951.121
DESPESA DE PESSOAL - ITUPREV	973.000	903.799	903.799
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.399.700	-	-
<b>TOTAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>35.985.000</b>	<b>7.666.003</b>	<b>7.640.572</b>

As despesas empenhadas do Instituto, de R\$ 7.666.003,00, representaram 80% do valor orçado para o período, gerando no total uma economia de R\$ 1.919.297,00.

Os Benefícios Previdenciários, no total de R\$ 5.785.652,00 empenhados, representaram 60% do total de gastos previstos da autarquia e referem-se aos pagamentos das Aposentadorias, Pensões, Auxílio-Doença, Salário Maternidade, Auxílio Reclusão e Salário-Família, conforme detalhados a seguir:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4º QUADRIMESTRE - 2016		
	ORÇADA	EMPENHADA	PAGA
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>7.234.700</b>	<b>5.785.652</b>	<b>5.785.652</b>
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.813.300	787.292	787.292
PENSÕES	1.063.500	1.044.094	1.044.094
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	4.330.000	3.954.266	3.954.266
- Salário Família	-	1.575	1.575
- Auxílio Reclusão	-	8.200	8.200
- Salário Maternidade	-	545.731	545.731
- Auxílio Doença	-	3.398.760	3.398.760
CONTRIBUIÇÕES - EFPC	27.900	-	-

As despesas administrativas (manutenção e de pessoal) permaneceram dentro do limite legal de 2% (dois por cento) estabelecido, atingindo o percentual de 1,70% da folha de pagamento apurada no exercício anterior (R\$ 108.835.170,00), representando no total uma economia de R\$ 322.483,35, cumprindo assim o que determina o artigo 17 da Portaria MPS nº 4992/99.

As despesas classificadas como Despesas de Manutenção, correspondem ao custeio e manutenção da estrutura administrativa, onde funciona a sede do Instituto. Na tabela a seguir, o detalhamento destas despesas:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4º QUADRIMESTRE - 2016		
	ORÇADA	EMPENHADA	PAGA
<b>DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO ITUPREV</b>	<b>1.377.600</b>	<b>976.552</b>	<b>951.121</b>
Material de Consumo	25.600	10.905	10.841
Passagens e Despesas com Locomoção	20.000	15.856	15.856
Serviços de Consultoria	110.000	32.500	32.500
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	115.000	73.013	71.013
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	766.000	630.890	630.150
Obrigações Tributárias e Contributivas	220.000	144.183	144.183
Obras e Instalações	1.000	-	-
Equipamentos e Material Permanente	120.000	69.206	30.206
Restos a Pagar - Fornecedores em Geral	-	-	16.372

Detalhamento das despesas realizadas com Outros Serviços de Terceiros:

MANUTENÇÃO ITUPREV - Detalhamento	4º QUADRIMESTRE - 2016		
	ORÇADA	EMPENHADA	PAGA
<b>Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física</b>	<b>115.000</b>	<b>73.013</b>	<b>71.013</b>
Jeton a Conselheiros	-	20.982	20.982
Outros Serviços - Adiantamento de Pronto Pagamento	-	21.481	21.481
Serviços de Perícias Médicas	-	30.550	28.550
<b>Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	<b>766.000</b>	<b>630.890</b>	<b>630.150</b>
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	-	2.300	2.300
Serviços Técnicos Profissionais	-	75.098	75.098
Locação de Imóveis	-	89.600	89.600
Locação de Software	-	42.258	42.258
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	199.197	199.197
Manutenção e Conservação de Veículos, Máq e Equip.	-	4.671	4.671
Exposição, Congressos e Conferências	-	20.185	20.185
Serviços de Energia Elétrica	-	10.345	10.345
Serviços de Água e Esgoto	-	1.642	1.642
Serviços de Comunicação em Geral	-	1.722	1.722
Serviço de Seleção e Treinamento	-	593	593
Serviços de Perícias Médicas	-	31.100	31.100
Seguros de Telecomunicações	-	10.591	10.591
Serviços Gráficos e Editoriais	-	3.782	3.782
Confecção de Uniformes	-	1.814	1.814
Vale-Transporte	-	1.349	1.349
Vigilância Ostensiva Monitorada	-	1.152	1.152
Limpeza e Conservação	-	5.046	5.046
Hospedagens	-	23.416	23.416
Serviços Bancários	-	2.515	2.515
Serviços de Publicidade Legal	-	6.267	6.267
Outros Serviços de Pessoa Jurídica	-	96.248	95.508



As despesas classificadas como Despesas de Pessoal - ITUPREV, correspondem à folha de pagamento e encargos devidos aos servidores estatutários, que desempenham suas atividades na sede administrativa do Instituto, conforme detalhamento abaixo:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4º QUADRIMESTRE - 2016		
	ORÇADA	EMPENHADA	PAGA
<b>DESPESAS DE PESSOAL - ITUPREV</b>	<b>973.000</b>	<b>903.799</b>	<b>903.799</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	788.000	754.965	754.965
Obrigações Patronais - INSS	95.000	71.061	71.061
Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário	90.000	77.772	77.772
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>26.399.700</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Reserva de Contingência - RPPS	26.399.700	-	-

A Reserva de Contingência, no valor de R\$ 26.399.700, compõe o fundo de reserva previdenciária, de modo a garantir acumulação de recursos suficientes ao pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

## Benefícios Concedidos – Detalhamento

No exercício de 2016, o ITUPREV concedeu 25 (vinte e cinco) novos benefícios de aposentadoria, 09 (nove) novos benefícios de Pensão por Morte do Segurado, 48 (quarenta e oito) novos benefícios de Salário-Maternidade e 198 (cento e noventa e oito) novos benefícios de Auxílio-Doença, que ainda representam o maior volume das despesas previdenciárias. No total, 322 (trezentos e vinte e dois) servidores foram beneficiados, representando um gasto de R\$ 5.784.076,34.

Veja, na tabela abaixo, os benefícios pagos mês a mês, por tipo de benefício concedido:

MÊS	APOSENTADORIAS		PENSÃO POR MORTE		SALÁRIO MATERNIDADE		AUXÍLIO DOENÇA		AUXÍLIO RECLUSÃO	
	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR	QTD	VALOR
JANEIRO	17	27.180,19	25	59.874,63	9	30.246,24	118	223.656,33	1	1.163,15
FEVEREIRO	20	35.985,29	27	71.350,70	14	52.377,05	103	216.633,42	1	1.163,15
MARÇO	21	37.413,19	27	66.993,62	15	41.499,63	115	243.846,70	1	1.163,15
ABRIL	21	36.931,95	27	64.862,21	22	50.526,64	112	270.049,02	1	1.163,15
MAIO	23	45.736,91	27	64.862,21	33	71.302,62	114	306.825,13	1	1.163,15
JUNHO	25	43.867,48	30	93.921,07	31	68.819,77	112	292.786,79	1	1.163,15
JULHO	26	64.864,82	30	105.963,97	26	64.696,88	133	341.575,60	1	1.221,30
AGOSTO	29	89.368,19	32	104.748,68	23	53.999,15	117	263.475,11	0	-
SETEMBRO	32	83.659,62	34	103.152,68	17	41.912,60	120	296.961,03	0	-
OUTUBRO	35	88.085,02	34	87.796,70	14	29.763,42	120	291.225,11	0	-
NOVEMBRO	38	92.328,04	34	87.796,70	9	23.436,21	116	267.229,01	0	-
DEZEMBRO	42	141.870,84	34	132.770,83	7	17.150,50	113	384.496,64	0	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 787.291,54</b>		<b>R\$ 1.044.094,00</b>		<b>R\$ 545.730,71</b>		<b>R\$ 3.398.759,89</b>		<b>R\$ 8.200,20</b>



# Parte III

# Resultados Financeiros

## Política de Investimentos para 2017

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

A Política de Investimentos do ITUPREV tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco/retorno.

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa de acordo com a Portaria MPS nº 185 de 14 de maio de 2015, garante que os envolvidos no processo decisório do Instituto cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimentos, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Administração, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Esta estrutura garante a adoção das melhores práticas de governança corporativa, evidenciando a segregação de funções adotada inclusive pelos órgãos estatutários.

De acordo com a Portaria MPS nº 440/2013, o Comitê de Investimentos é formado por membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e pela Superintendência do RPPS, possuindo caráter consultivo. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta política de investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A administração do Instituto de Previdência, por meio da Política de Investimentos, propõe a preservação do capital do RPPS investido em níveis de baixo risco, mantendo-o dentro da taxa esperada de retorno, dos limites legais e operacionais, e da liquidez adequada dos ativos, traçando uma estratégia de investimentos capaz de garantir a meta atuarial anual ou, se possível, superá-la.

### **Diretrizes Gerais**

Esta P.I. entrará em vigor em 01 de janeiro de 2017. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2017.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN 3.922/2010 e Portaria MPS nº 440/2013 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e taxa mínima atuarial.

A atividade de gestão das aplicações dos recursos do RPPS para o exercício de 2014 será realizada por meio de gestão própria e a meta a ser perseguida será de 6% a.a. mais a variação do INPC.

A política de investimentos será fundamentada na diversidade de aplicações, buscando um baixo risco, que será apurado por empresa de assessoria financeira contratada pelo Instituto, observando-se o artigo 18 da Resolução do CMN nº 3.922 de 2010.

Para as Instituições Financeiras receberem recursos do RPPS, a Administração do Instituto deve observar as normas impostas no artigo 3º inciso IX pela Portaria Nº 519 de 2011, alterada pela Portaria Nº 440 de 2013, adotando critérios específicos para a escolha e credenciamento das Instituições.

## Distribuição dos Investimentos por Instituição Financeira

Instituição Financeira - Administrador	Saldo (R\$)	Partic. (%)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	64.419.660	33,26%
BANCO DO BRASIL GESTÃO DE RECURSOS	64.055.833	33,07%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS	22.711.765	11,73%
WESTERN ASSET	8.811.971	4,55%
BRB DTVM SA	5.739.047	2,96%
VOTORANTIM ASSET DTVM Ltda	5.331.639	2,75%
GERACAO FUTURO CTVM S.A.	4.902.041	2,53%
OLIVEIRA TRUST DTVM S/A	4.206.248	2,17%
BNP PARIBAS BRASIL S.A.	3.761.353	1,94%
ITAU UNIBANCO S/A	3.166.859	1,64%
PETRA PERSONAL TRADER CTVM	2.019.294	1,04%
BNY MELLON ASSET SERVICING	1.656.271	0,86%
BEM DVTVM SA	1.375.348	0,71%
INTRAG DVTVM SA	1.197.432	0,62%
CITIBANK DTVM S.A.	309.195	0,16%
Disponibilidade Financeira	4.663	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>193.668.619</b>	<b>100,0%</b>

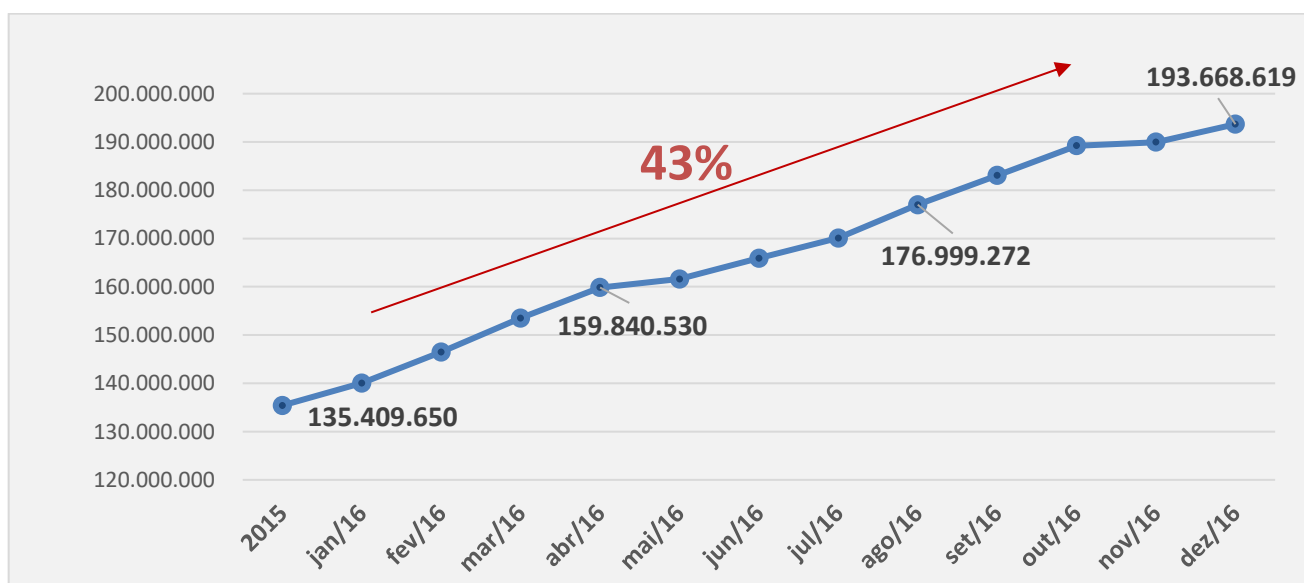
## Relação dos Fundos de Investimentos

Fundos de Investimentos	TOTAL	% Partic.
CAIXA BRASIL 2020 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	15.850.100,00	8,18%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVID	12.319.000,27	6,36%
BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVID	12.273.180,79	6,34%
CAIXA BRASIL 2018 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	10.658.139,15	5,50%
CAIXA FI BRASIL 2030 III TP RF	9.471.839,30	4,89%
BB TÍTULOS PÚBLICOS X FI RENDA FIXA PREVID	9.465.300,53	4,89%
BTG PACTUAL TESOURO IPCA LONGO FI RENDA FIXA	9.385.753,15	4,85%
WESTERN ASSET IMA-B ATIVO FI RENDA FIXA	7.889.765,76	4,07%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREV	7.320.034,58	3,78%
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVID	6.118.856,87	3,16%
BTG PACTUAL 2024 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5.943.288,51	3,07%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA II FI RENDA FIXA PREVID	5.840.067,25	3,02%
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	5.586.427,88	2,88%
BB TÍTULOS PÚBLICOS XI FI RENDA FIXA PREVID	5.167.263,85	2,67%
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP	4.888.821,07	2,52%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	4.792.062,85	2,47%
CAIXA BRASIL 2024 VI TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	4.790.964,00	2,47%
OURINVEST SUPPLIERCARD FIDC SÊNIOR	4.206.248,25	2,17%
GERAÇÃO FUTURO IMA-B FIC RENDA FIXA	4.170.958,61	2,15%
CAIXA BRASIL 2018 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	3.842.307,00	1,98%
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVID CRÉD PRIV	3.504.630,81	1,81%
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RF	3.166.859,19	1,64%
PREMIUM FIDC SÊNIOR	2.019.294,48	1,04%
BTG PACTUAL NTN-B FI RENDA FIXA	1.830.120,00	0,94%
BB RPPS IPCA II FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	558.855,45	0,29%
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	528.787,93	0,27%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	454.816,22	0,23%
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	283.899,79	0,15%
MAXIMUM FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 7	112.809,84	0,06%
ITÁLIA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	20.908,71	0,01%
MASTER III FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	7.987,78	0,00%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA	4.604,81	0,00%
<b>TOTAL RENDA FIXA</b>	<b>162.473.954,68</b>	<b>83,89%</b>
VOTORANTIM ATUARIAL FI MULTIMERCADO CRÉDITO	4.640.156,07	2,40%
GERAÇÃO FIA	3.762.660,20	1,94%
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	3.761.353,28	1,94%
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC MULTIM	2.873.342,31	1,48%
CAIXA BRASIL IBOVESPA FI AÇÕES	2.665.046,85	1,38%
OURO PRETO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO I FII	1.976.386,94	1,02%
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	1.702.235,91	0,88%
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	1.543.460,68	0,80%
KINEA II REAL ESTATE EQUITY FII - KNRE11	1.197.432,19	0,62%
AZ LEGAN BRASIL FI AÇÕES	1.053.839,68	0,54%
WESTERN ASSET MASTER VALUATION FI AÇÕES	922.205,07	0,48%
BTG PACTUAL TIMBERLAND FUND I FICFIP	767.474,91	0,40%
GERAÇÃO FUTURO FIC MULTIMERCADO	731.081,97	0,38%
BB VOTORANTIM INFRAESTR ENERGIA SUST II FIP	691.482,43	0,36%
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC AÇÕES	667.778,95	0,34%
BB PIPE FIC AÇÕES	384.361,12	0,20%
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	371.351,73	0,19%
BB ALOCAÇÃO FIC AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	365.565,12	0,19%
FIP BRASIL OLEO & GAS FIP	321.508,74	0,17%
BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND FII	309.246,42	0,16%
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FICFIP	280.298,53	0,14%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	201.732,11	0,10%
<b>TOTAL RENDA VARIÁVEL</b>	<b>31.190.001,21</b>	<b>16,10%</b>
DISPONIBILIDADES	4.662,87	0,00%
<b>TOTAL - PATRIMÔNIO</b>	<b>193.668.618,76</b>	<b>100,00%</b>

## Evolução do Patrimônio Líquido

O Patrimônio do ITUPREV vem apresentando um crescimento sustentável ao longo dos anos, compatível com os compromissos futuros de pagamento de benefícios previdenciários e em linha com a orientação da Secretaria da Previdência/MF, no que diz respeito ao equilíbrio financeiro e atuarial. Até o 3º quadrimestre de 2016, a evolução foi de 43 % em relação ao saldo em dezembro de 2015, com crescimento nominal de R\$ 58.258.969,00.

O gráfico a seguir demonstra a evolução patrimonial do RPPS em 2016:



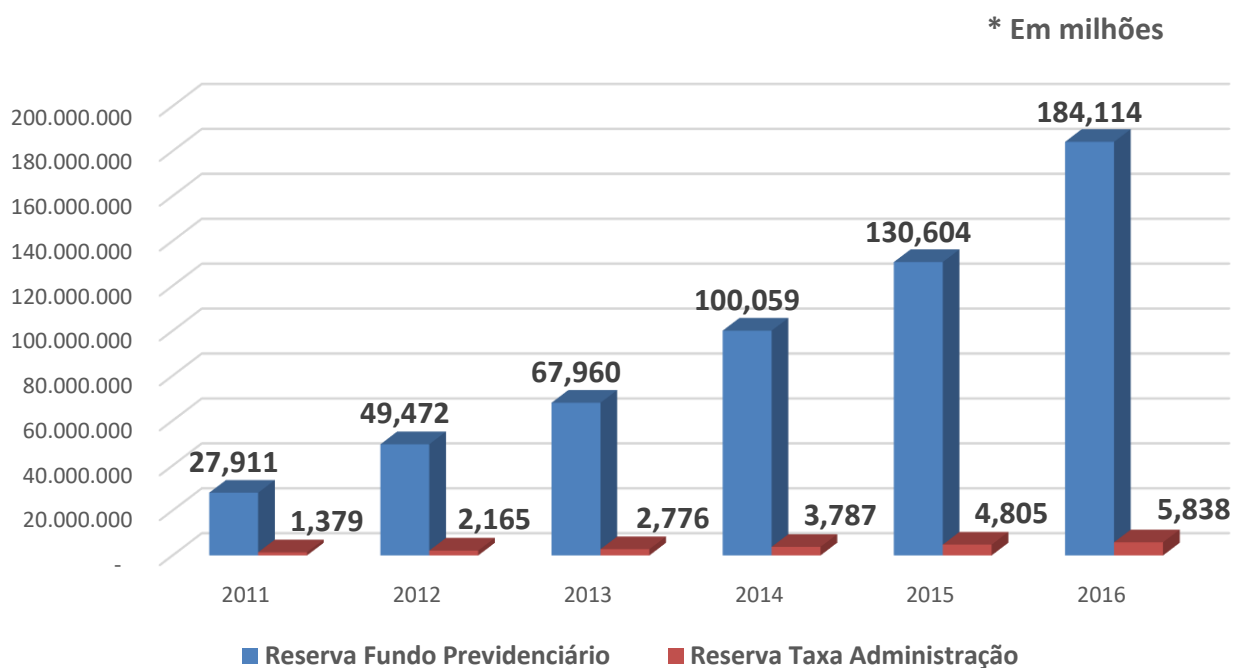
## Reservas do Patrimônio Líquido

Os recursos do Instituto estão divididos em duas contas, Reserva do Fundo Previdenciário e Reserva da Taxa de Administração.

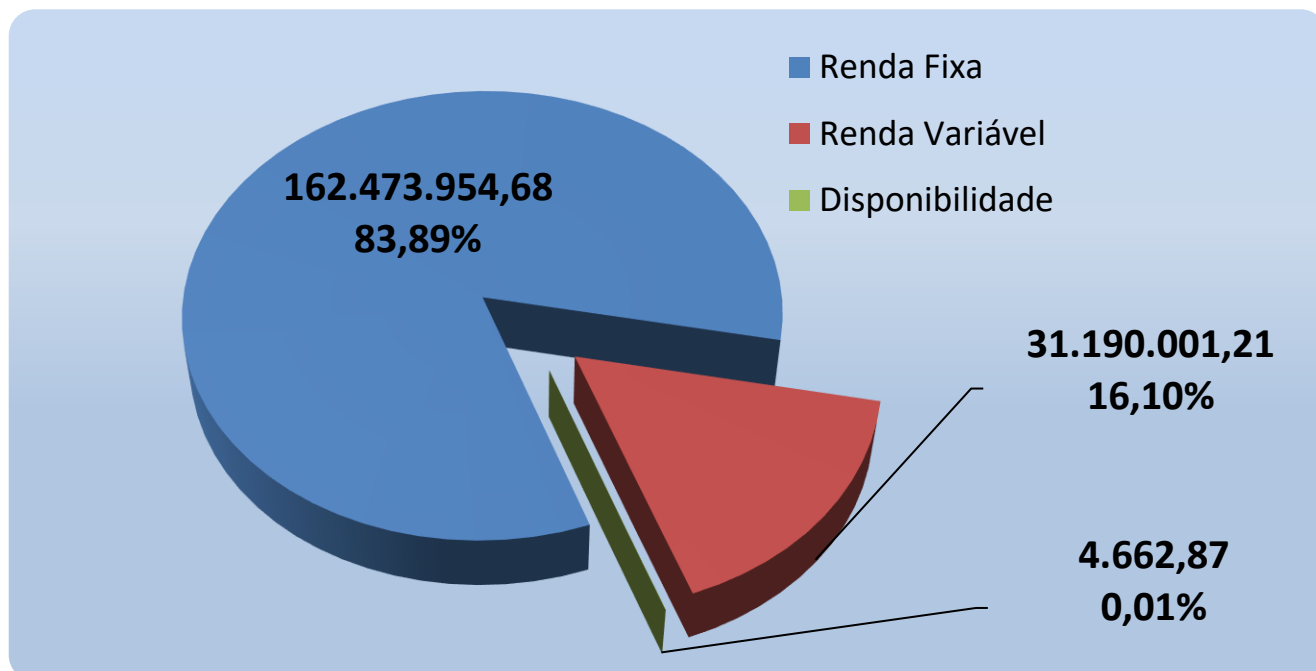
A Reserva do Fundo Previdenciário acumulou, até 31/12/2016, o total de R\$ 184.113.924,00 e destina-se exclusivamente para o pagamento de benefícios previdenciários, recebendo a maior parcela de repasse das contribuições.

A Reserva da Taxa de Administração tinha, em 31/12/2016, o valor de R\$ 5.838.570,00 e vem sendo constituída, ano a ano, com a economia realizada nas despesas administrativas do ITUPREV. Esses recursos estão reservados para os investimentos na aquisição e/ou construção da sede própria do RPPS.

A seguir, acompanhe o gráfico com a evolução das reservas:



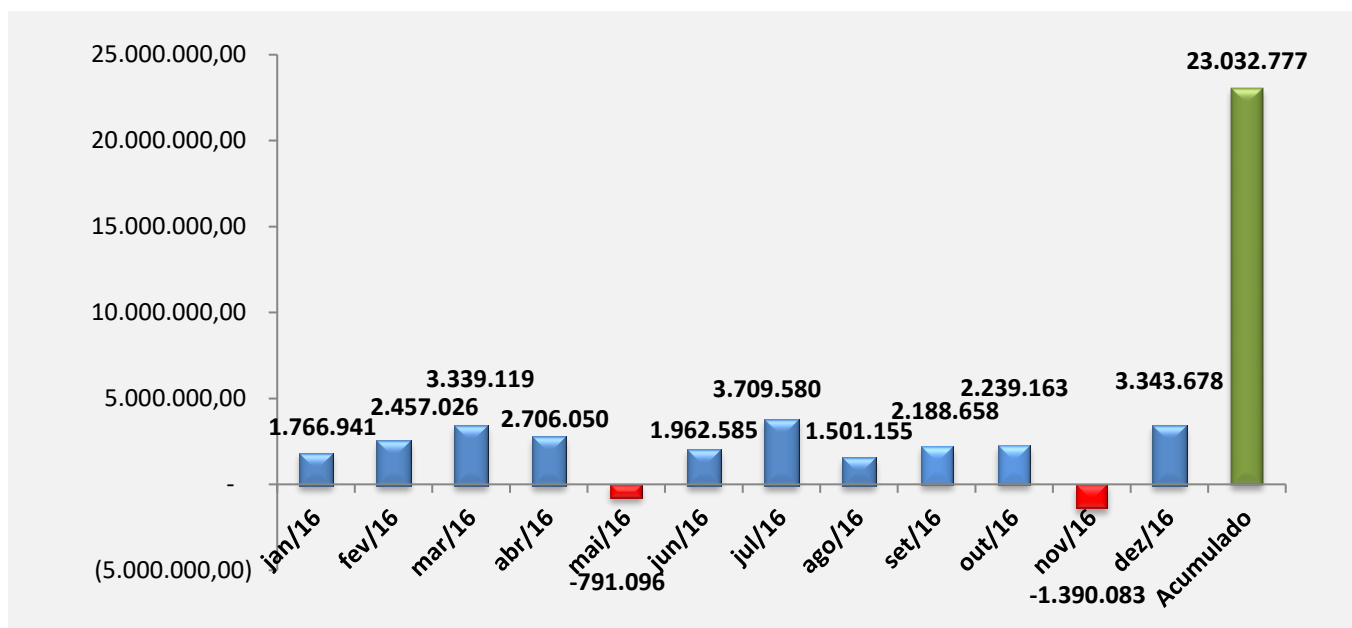
## Concentração dos Recursos por Segmento de Aplicação



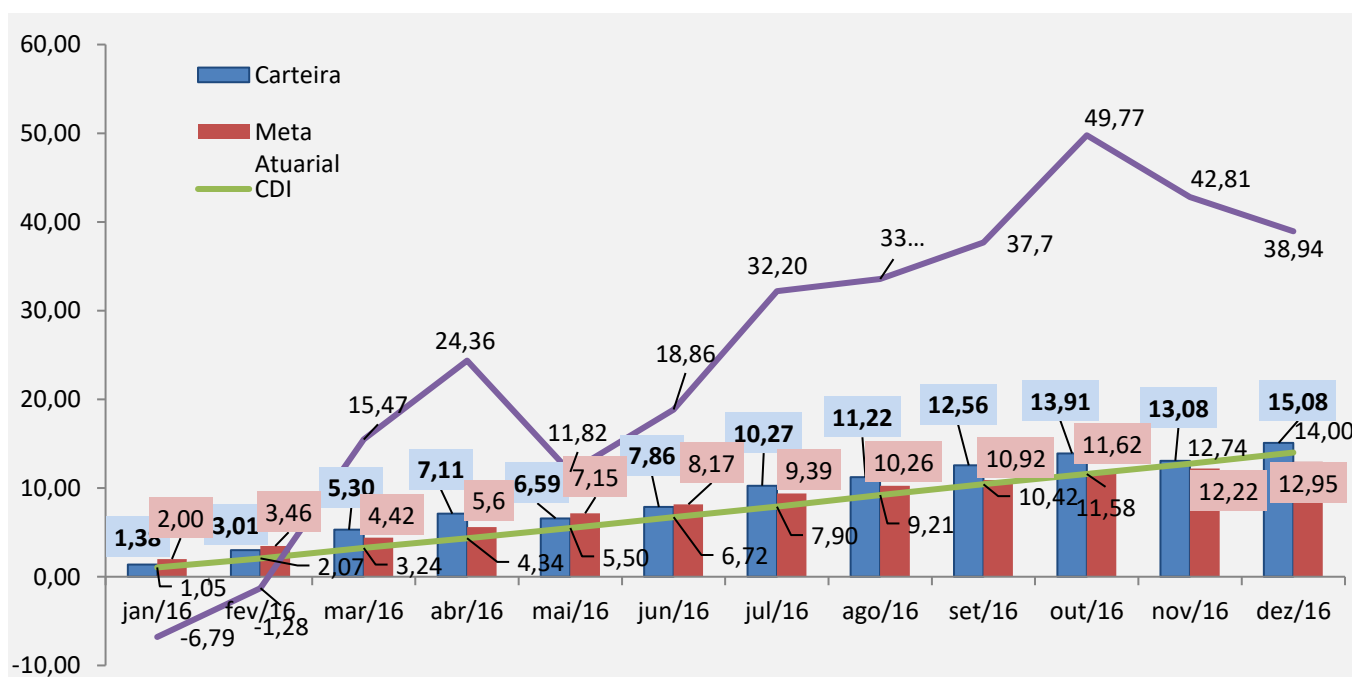
## Rentabilidade das Aplicações Financeiras

As decisões de investimentos seguem a Política de Investimentos adotada pelo ITUPREV, revisada anualmente, mediante aprovação do Conselho de Administração do Instituto e em atendimento à legislação específica, estando direcionada ao atingimento da Meta Atuarial, de 6% a.a. + INPC.

O gráfico a seguir demonstra o rendimento líquido das aplicações financeiras do ITUPREV, acumulado até o 3º Quadrimestre de 2016:



## Rentabilidade X Meta Atuarial



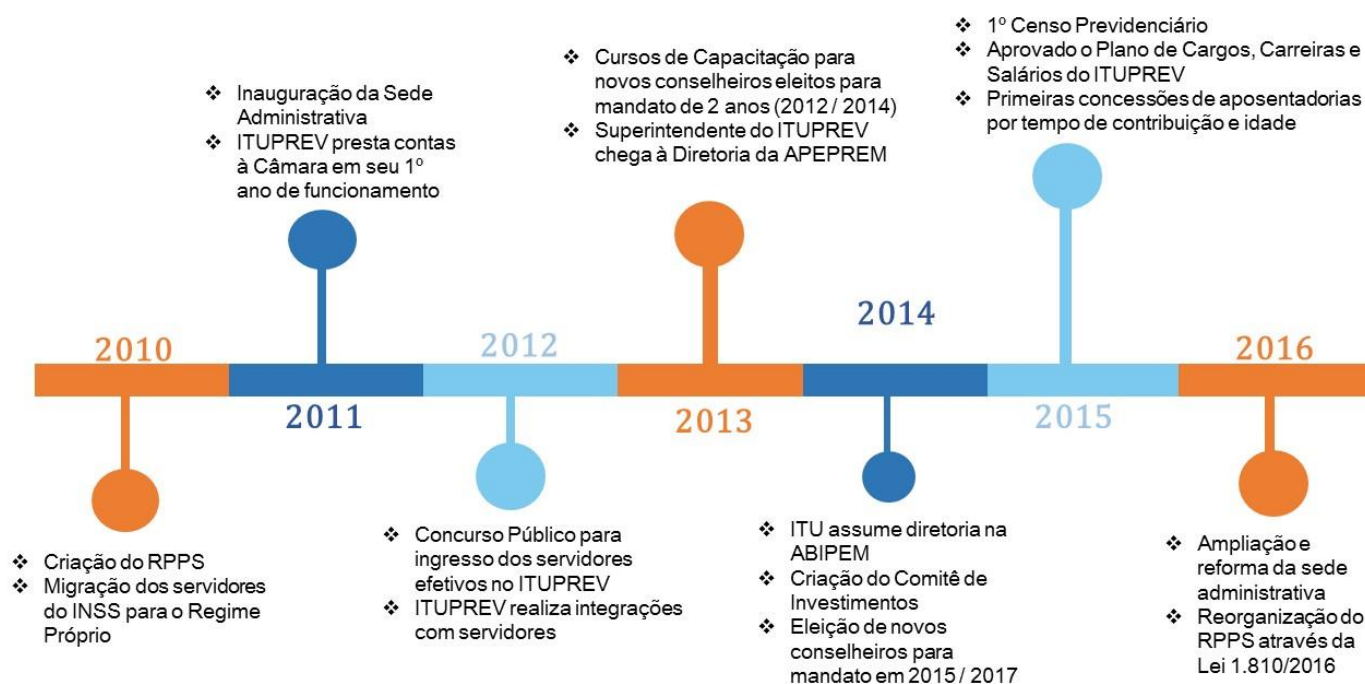


# **Parte IV**

## **Destques e Considerações Finais**

## O ITUPREV na linha do tempo

Muitas conquistas marcaram a trajetória do ITUPREV desde a sua criação em 2010. Vamos lembrar alguns desses fatos importantes que contribuíram para construir a história do Regime Próprio de Previdência de Itu.



## Prestação de Contas da Autarquia

O compromisso com a transparência das ações e informações é premissa básica da gestão do ITUPREV. Alinhado a isso, o Superintendente presta contas da sua gestão aos órgãos reguladores e fiscalizadores, conforme determina a legislação.



Audiência Pública na Câmara de Vereadores – Relatório Quadrimestral

## Integração de Novos Servidores

A partir de 2012, em parceria a área de Recursos Humanos da Prefeitura, o ITUPREV promoveu diversas palestras com os novos servidores que participaram da integração e, já no seu primeiro dia de trabalho receberam orientações e esclarecimentos sobre a previdência municipal.



## Conselheiros Participam de Congressos e Eventos



Investindo na qualificação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, o ITUPREV promoveu a participação em Congressos e Seminários realizados pelas entidades estadual e nacional de previdência própria – APEPREM e ABIPEM.

### Cursos de Capacitação dos Conselheiros



Como parte das estratégias da atual gestão do ITUPREV, cursos de capacitação foram promovidos aos servidores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, com vistas ao desenvolvimento funcional. (MAR/2013)



## Superintendente de Itu na Diretoria da APEPREM

A Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios é uma Entidade que contribui para o fortalecimento e expansão da previdência e assistência dos servidores públicos paulistas, proporcionando continuamente o aperfeiçoamento e aprimoramento administrativo e técnico dos Regimes Próprios de Previdência. (OUT/2013)



## Eleições para novos Conselheiros (2014/2017)



## Itu assume diretoria na ABIPEM

A Associação Brasileira das Instituições de Previdência dos Estados e dos Municípios - ABIPEM é uma entidade que tem por objetivo congregar as instituições que dela participam através de um constante processo de aprimoramento de seu conhecimento técnico-administrativo, de atividades de intercâmbio, da realização de congressos nacionais e encontros regionais discutindo e difundindo os princípios da doutrina previdenciária e assistencial. (SET/2014)



## Itu realiza o primeiro Censo previdenciário



O Censo Previdenciário é um importante instrumento para o aprimoramento da gestão do RPPS e teve como objetivo reunir, atualizar e validar os dados cadastrais e funcionais dos servidores públicos municipais efetivos, inativos e pensionistas. (NOV/2015)



Servidor atualize seus dados cadastrais.



Ampliação e reforma da Sede Administrativa

Em 2017 o ITUPREV está de casa nova. Desde sua fundação, o desejo era investir parte da sua taxa de administração na ampliação das instalações do ITUPREV para garantir um aumento no padrão de atendimento. Hoje, a sede ocupa 4 salas em um Centro Empresarial de fácil localização, que totalizam cerca de 240 m<sup>2</sup> distribuídos em vários setores dentre eles: Recepção, Atendimento, Gestão de Benefícios, Administração, Diretoria, Superintendência e Sala de Reunião. Além disso, hoje o ITUPREV conta com espaço exclusivo para a Perícia Médica, possuindo um quadro composto por 3 médicos especialistas credenciados que realizam as avaliações nos servidores que estão em processo de aposentadoria por invalidez ou auxílio doença.

Desta forma, com a ampliação, todos os serviços estão disponíveis em um só lugar, garantindo mais facilidade de acesso e agilidade no atendimento.



## Considerações Finais

No âmbito do governo federal, se há alguns meses não existiam condições políticas mínimas para tomar medidas que pudessem reverter o quadro de forte degradação das contas públicas e recolocar o país nos trilhos, o novo Governo precisa aprovar as reformas para conseguir percorrer o caminho até as eleições de 2018. Medidas importantes foram tomadas, com destaque para a PEC dos Gastos, a DRU e o novo marco regulatório para o Setor Elétrico. Foram removidos grandes obstáculos, alguns se arrastavam há décadas.

Entramos em 2017 com a expectativa da aprovação da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista. Se aprovadas, serão conquistas históricas, que possibilitarão o Brasil convergir para taxas de juros mais baixas e crescer sustentadamente com maior produtividade.

No âmbito municipal, 2016 foi um ano em que o município enfrentou grandes dificuldades para honrar os seus compromissos, em virtude da queda nas arrecadações e aumento das despesas. De nossa parte, todos os esforços estavam concentrados em encontrar formas de enfrentar os desafios sem desequilibrar as contas da previdência municipal.

Com um novo governo a frente da gestão municipal, foi possível repactuar o acordo de parcelamento dos débitos previdenciários, o que dará mais tranquilidade e previsibilidade para a prefeitura honrar os compromissos, sem que isto tenha trazido alguma dificuldade, pois a previdência municipal encontra-se superavitária financeiramente.

Temos a expectativa de que poderemos contar com gestores que se mostrem sensíveis e comprometidos com a previdência do servidor público, envidando esforços para manter a sustentabilidade do regime previdenciário, tão importante para garantir tranquilidade e segurança aos mais de 3500 segurados.

2017 será um ano de grandes mudanças, porém temos a confiança de que poderemos superar mais esse desafio, trabalhando com muita determinação e foco, com o objetivo de fazer do ITUPREV motivo de muito orgulho, mantendo, na gestão do patrimônio, a ênfase no tripé 'rentabilidade, liquidez e segurança'.

Itu, 23 de fevereiro de 2017

  
**LUIZ CARLOS K. BRENHA DE CAMARGO**  
SUPERINTENDENTE